



COMITÊ DA SUB-BACIA MINEIRA DO RIO URUCUIA

1 PLENÁRIO DO COMITÊ DA SUB-BACIA MINEIRA DO RIO URUCUIA

2 **MINUTA** ATA DA REUNIÃO 72ª REUNIÃO ORDINÁRIA – 06 DE FEVEREIRO DE 2020 –
3 UNAÍ/MG

4 Aos cinco de fevereiro de 2020, às 09h00min, na sede do CBH Urucua em Unaí/MG,
5 reuniram-se os membros do Comitê da Sub Bacia Hidrográfica Mineira do Rio Urucua
6 para a reunião extraordinária. Compareceram os seguintes conselheiros titulares e
7 suplentes: **Marcos Paulo Dias Oliveira** (PMMG); **Tais Fernanda Martins Ferreira**
8 (SEMAD); **Antônio Marcos de Freitas Monteiro** (IMA); **Álvaro de Moura Goulart**
9 (EMATER); **Zelvânio Santiago da Silva** (IGAM); **Ivonete Antunes de Ferreira**
10 (AMNOR); **Vanderlito do Divino Nunes de Souza** (Prefeitura Municipal de Bonfinópolis
11 de Minas de Minas); **Welington Carlos de Castro** (Prefeitura Municipal de Uruana de
12 Minas); **Jeane Evangelista Borges**; (Prefeitura Municipal de Uruana de Minas); **Ronaldo**
13 **Silva Xavier** (COPASA); **Altegnio Batista Dornellas** (CAPUL); **Helberth Henrique**
14 **Raman Vale Teixeira** (FIEMG); **Marcelo Perondi** (ABHP); **Paulo Frank de Magalhães**
15 (COAGRIL); **Rildo Esteves de Souza** (CREA-MG); **Terezinha Lopes Santana** (AMA);
16 **Júlio César Ayala Barreto** (CEPASA); **Ernane Faria** (FUNATURA); **Francisco Pinto da**
17 **Silva** (ARPA); **Ciro Leonardo Rabelo Coelho** (ASCON). Também compareceu na
18 reunião: **Daiane Pereira** (Prefeitura Municipal de Arinos) que prestigiou a sessão.

19 **Assuntos em Pauta:** **1. EXECUÇÃO DOS HINOS:** o hino nacional brasileiro foi cantado
20 pelos conselheiros; **2. ABERTURA.** Procedeu à composição da mesa a Presidente do
21 CBH Urucua Sra. Ivonete Antunes Ferreira, o Vice-Presidente, o Secretário, Sr. Altegnio
22 Dornellas e o Secretário Adjunto Sr. **Ciro Leonardo Rabelo Coelho**. **3. APROVAÇÃO DA**
23 **ATA DA 71ª REUNIÃO ORDINÁRIA:** passou-se a aprovação da ata da 71ª Reunião
24 Ordinária: os conselheiros **Francisco Pinto da Silva** (ARPA), **Ernane Faria** (FUNATURA),
25 **Zelvânio Santiago da Silva** (IGAM), **Antônio Marcos de Freitas Monteiro** (IMA), **Marcelo**
26 **Perondi** (ABHP), **Ivonete Antunes de Ferreira** (AMNOR), por não estarem presentes na
27 71ª reunião, abstiveram-se da votação. Os demais presentes aprovaram a ata
28 unanimemente. **4. APRESENTAÇÃO DO PROJETO RESERVA PARTICULAR DO**
29 **PATRIMÔNIO NATURAL NO CERRADO – CEPE/ FUNATURA – ERNANE FARIA:** o
30 conselheiro **Ernane Faria**, depois de cumprimentar os presentes e agradecer o espaço



COMITÊ DA SUB-BACIA MINEIRA DO RIO URUCUIA

31 para a apresentação do seu projeto, explicou que este projeto envolve todas as regiões
32 do Brasil onde existe o Bioma Cerrado, e ele ficará responsável pelas regiões do
33 Noroeste de Minas, Oeste da Bahia e parte de Goiás, na cidade de Mambai. Cada região
34 do Brasil, que compreende o Cerrado, terá um representante para divulgar o projeto e
35 auxiliar os interessados na criação das reservas privadas. Disse que essas Reservas
36 Privadas de Patrimônio Natural – RPPNs, estão sendo financiadas por um fundo
37 internacional – Critical Ecosystem Partnership Found juntamente com o Instituto
38 Internacional de Educação no Brasil – IEB, uma vez que está muito difícil conseguir
39 subsídios dos governos federal e estadual para este fim. Continuando o conselheiro
40 explicou a importância da criação de novas unidades de conservação, pois, apesar do
41 Cerrado ser um bioma muito rico, está extremamente ameaçado. O conselheiro explicou
42 também que a categoria de Unidade de Conservação – UC é criada de forma voluntária e
43 administrada por proprietários interessados no uso sustentável. Não há uma exigência
44 quanto ao tamanho da área a ser criada, e é possível continuar com as atividades
45 econômicas no restante da propriedade. O status de proteção das unidades e perpétuo e
46 é possível usar a área protegida para pesquisa científica, atividades turísticas, e para
47 educação ambiental. Além de contribuir para conservação da natureza o proprietário
48 interessado na criação da unidade terá isenção do Imposto Territorial Rural – ITR da área
49 criada, prioridade na análise de concessão de créditos agrícolas por bancos fiscais e
50 concessão de recursos do fundo nacional do meio ambiente, do Ministério do Meio
51 Ambiente, que podem ser captados via organizações da sociedade civil, órgãos públicos
52 ou fundações, que poderão se usados para financiar projetos que beneficie a preservação
53 e a conservação da área privada. O conselheiro Ciro Leonardo pediu a palavra para dizer
54 que este é o grande problema para criação de novas RPPNs, com o pouco incentivo
55 financeiro que é dado para os empreendedores, nenhum produtor quer abrir mão de uma
56 parte da terra que poderá produzir, e se não houver uma contra partida que seja
57 interessante para o proprietário, ninguém vai se sentir estimulado em criar uma nova
58 unidade de proteção. O conselheiro Ernane Faria concordou, mas disse que como o
59 município recebe o ICMS ecológico das RPPNs, o proprietário pode fazer algumas
60 exigências, como cobrar manutenção da estrada que leva até a unidade. Continuando o
61 conselheiro disse que empreendedores interessados em criar uma unidade de proteção,



COMITÊ DA SUB-BACIA MINEIRA DO RIO URUCUIA

62 podem se cadastrar no site <https://enketo.ona.io/x/#2JhUryRR>. E para quem estiver
63 interessado em outras informações pode acessar o site
64 reservasprivadasdocerrado.com.br ou pelo caminho @reservasdocerrado. O conselheiro
65 ainda disse que estará à disposição dos interessados podendo até fazer visitas nas sedes
66 dos empreendedores, o combustível também é custeado pelo o fundo. O conselheiro
67 Paulo Frank, ainda no assunto, sugeriu ao Conselheiro Ernane Faria que entrasse em
68 contato com os organizadores do projeto, para mostrar os trabalhos dos Comitês, a
69 importância deles na preservação da água e do meio ambiente, e saber se existe
70 possibilidade de algum incentivo financeiro para os Comitês de Bacias Hidrográficas, já
71 que existe recurso até para combustível, para fazer visitas de incentivo, talvez houvesse
72 possibilidade, também, de custear despesas básicas dos CBHs. Em resposta o
73 Conselheiro Ernane Faria disse tentará contato com o fundo, e acredita que um projeto
74 poderá sim ser criado para este fim **5. APRESENTAÇÃO DO SEMINÁRIO INICIAL DO**
75 **PROJETO DE REQUALIFICAÇÃO AMBIENTAL DA BACIA HIDROGRÁFICA DO**
76 **CÓRREGO PASTO DOS BOIS – URUANA/MG – JÚLIO AYALA;** o conselheiro Júlio
77 Ayala convidou a conselheira Jeane Evangelista para iniciar a apresentação. Depois de
78 cumprimentar os presentes a conselheira comentou sobre o seminário inicial do projeto de
79 requalificação ambiental da bacia hidrográfica do Córrego Pasto dos Bois, que contou
80 com mais de sessenta proprietários, todos envolvidos diretamente no projeto, o que
81 surpreendeu, provando que a causa foi abraçada por todos. Falou das mudanças
82 positivas que aconteceram nesses três anos que Uruana de Minas vem sendo
83 contemplada com o projeto, como os equipamentos de medição obrigatórios e o Termo de
84 Referência elaborado junto com a comunidade, dando mérito ao conselheiro Júlio Ayala e
85 ao CBH Urucua por essas conquistas. Disse que a Companhia Brasileira de Projetos e
86 Empreendimentos – COBRAPE, empresa de renome internacional, que foi contratada
87 para fazer a fiscalização do projeto, já está em Uruana de Minas fiscalizando todas as
88 atividades que dizem respeito ao projeto, dando maior transparência a execução dos
89 trabalhos. Disse que junto com um representante da empresa Fortal, vencedora da
90 licitação em Uruana de Minas, participou de um treinamento para utilização do medidor de
91 vazão, ministrado pela empresa INOVESA, responsável pela a execução do projeto em
92 Bonfinópolis de Minas, mostrando o interesse e a parceria entre as duas empresas. Para



COMITÊ DA SUB-BACIA MINEIRA DO RIO URUCUIA

93 finalizar a conselheira convidou os presentes para a próxima oficina ministrada pela
94 empresa Fortal, que acontecerá em Uruana de Minas, no dia vinte e seis de março. A
95 conselheira informará o tema da oficina posteriormente. Com a palavra o conselheiro Júlio
96 Ayala deu início a apresentação do projeto de requalificação dos Pastos dos Bois,
97 dizendo que é uma Bacia Hidrográfica com pequenas dimensões, e é possível equacionar
98 os problemas com bastante precisão no Termo de Referência. Apresentou imagens das
99 etapas de recuperação de uma nascente que estava “adormecida” há décadas, e hoje
100 apresenta um fluxo de base de quarenta e cinco litros por segundo. Mostrou o trabalho do
101 proprietário Losuir Zuffo, da COORPETINGA, em Formoso, que iniciou o projeto de
102 preservação e recuperação em mil novecentos e oitenta e nove, época em que o
103 proprietário gastava vinte e cinco minutos para encher um caminhão pipa. Hoje, na
104 mesma nascente, ele gasta quinze minutos. Isso prova que dá pra produzir água mesmo
105 onde o cerrado foi suprimido. O conselheiro também mostrou a surgência, na propriedade
106 do jovem Geovane Cossul, também da COOPERTINGA, que consegue produzir alimento
107 e também água. Disse que produtores como esses deveriam receber o Pagamento por
108 Serviços Ambientais – PSA. O conselheiro mostrou imagens de Barrajões e de
109 readequação de estradas. Disse também que a empresa Fortal já iniciou os trabalhos na
110 comunidade, com plantio de gramíneas e leguminosas em algumas voçorocas. **6.**
111 **APRESENTAÇÃO DO SEMINÁRIO INICIAL DO PROJETO DE REQUALIFICAÇÃO**
112 **AMBIENTAL DA BACIA HIDROGRÁFICA DO CÓRREGO RIACHO DAS PEDRAS –**
113 **BONFINÓPOLIS DE MINAS – JÚLIO AYALA;** o conselheiro Júlio Ayala começou
114 dizendo que este projeto é fruto de uma parceria entre o CBH Urucua, o poder público
115 municipal e a empresa que ganhou a licitação para executar o projeto. Lembrou que a
116 primeira reunião da câmara técnica aconteceu em 2012, e o primeiro recurso financeiro foi
117 dividido entre os municípios de Uruana de Minas e Chapada Gaúcha, municípios que
118 compareceram nesta reunião. Por não ter participado das reuniões que se seguiram
119 Chapada Gaúcha ficou fora dessa etapa, permanecendo apenas Uruana de Minas, já no
120 terceiro ano do projeto, e Bonfinópolis de Minas que passou a ser contemplado com o
121 recurso. Disse que os projetos de Uruana de Minas e Bonfinópolis de Minas, que
122 concorreram com outros quarenta projetos, foram os melhores entre os selecionados.
123 Explicou que entre as entidades envolvidas como o CBH Urucua, que deu início a tudo, o



COMITÊ DA SUB-BACIA MINEIRA DO RIO URUCUIA

124 Comitê Federal, que é o demandante do projeto, e a Agência Peixe Vivo, que é quem
125 contrata as empresas, e as executoras, que são as empresas que ganham a licitação, o
126 ator principal é a comunidade que consegue sensibilizar as autoridades para que o projeto
127 acontecesse, mostrando que esse é o caminho a ser seguido. Disse também que o apoio
128 das prefeituras foi muito importante, que sem ele nada se faz. O conselheiro deixou claro
129 esse projeto não tem nenhum vínculo político ou partidário, e sim o apoio incondicional
130 dos governantes, tanto que os secretários, o Poder Executivo em peso, a Câmara
131 Municipal, estão sempre presentes. Falou do Termo de Referência, instrumento principal
132 do projeto, que dessa vez foi feito junto com a comunidade: representantes da empresa
133 executora ficaram oito dias em cada comunidade, para que o termo fosse elaborado
134 juntamente com a população, uma grande conquista segundo o conselheiro. Continuando
135 o conselheiro mostrou imagens da Bacia Hidrográfica do Riacho das Pedras, que será
136 contemplada com o projeto, e que possui uma área de 45 (quarenta e cinco) km², onde
137 oitenta por cento desse espaço está altamente degradado. O conselheiro mostrou o valor
138 liberado para este projeto que é de um milhão setecentos e setenta e nove mil, um valor
139 bem substancial para uma cidade relativamente pequena, e nada desse recurso passará
140 pelas contas da prefeitura, será depositado direto na conta da empresa executora. O
141 conselheiro Vanderlito Nunes pediu a palavra para reforçar a fala do Conselheiro Júlio
142 Ayala, dizendo que o prefeito de Bonfinópolis de Minas fez questão de dizer, em público,
143 para a população, que esse recurso é apenas da cobrança pelo uso da água na calha
144 federal do Rio São Francisco. Continuando, o conselheiro Júlio Ayala falou da importância
145 dos terraços para armazenagem de água da chuva, pois, além de levar água para os
146 aquíferos, possibilita a irrigação da produção através de pivôs. Falou dos barrajões, que
147 diferente das barraginhas acumula muita água que também poderá servir para irrigação.
148 O conselheiro comentou sobre o projeto piloto feito na comunidade Santo André, em
149 Bonfinópolis de Minas, onde o Prefeito disponibilizou o maquinário necessário, o
150 conselheiro Júlio Ayala desenvolveu o projeto hidráulico, e a estrada rural desta
151 comunidade foi readequada para armazenamento de água da chuva, suportando até
152 duzentos milímetros de chuva em vinte e quatro horas e impedindo que sedimentos das
153 enxurradas cheguem ao curso d'água. Falou também que a empresa INOVESA irá
154 readequar dois quilômetros e meio de estrada rural degradada, na comunidade Riacho



COMITÊ DA SUB-BACIA MINEIRA DO RIO URUCUIA

155 das Pedras. O conselheiro mostrou imagens de voçorocas sendo recuperadas com
156 plantação de gramíneas, paliçadas para diminuir a força da enxurrada e drenos de
157 bambus, que servem para drenar a água subterrânea que aflora no fundo e nas laterais
158 da voçoroca. Comentou das aguadas, bebedouros para o gado, que usa uma bomba
159 d'água, que funciona com energia solar, para distribuir água fora da calha do manancial,
160 em diferentes pontos da fazenda, evitando que os animais procurem as nascentes para
161 beber. O conselheiro falou sobre o Índice de Controle Ambiental dos Recursos Hídricos –
162 ICARH, que será obrigatório para todo projeto de recuperação hidro-ambiental, que usa
163 equipamentos de alta tecnologia, como pluviômetro digital, que mede a quantidade de
164 chuva, rastreador de vazão, para medir o fluxo de água de um determinado córrego e um
165 turbidímetro digital, que será usado para medir turbidez da água do manancial que está
166 sendo recuperado, dados técnicos que servirão como parâmetros para provar para a
167 sociedade que os projetos de recuperação estão realmente dando resultado. Os
168 equipamentos serão instalados em uma propriedade no alto do Riacho das Pedras e as
169 medições serão feitas mensalmente. Também esclareceu que esses equipamentos serão
170 doados para as entidades que representam as famílias de produtores das bacias
171 hidrográficas beneficiadas. A presidente Ivonete Antunes perguntou para o conselheiro
172 Júlio Ayala quem propôs para a Agência Peixe Vivo essas mudanças com essas novas
173 tecnologias. Em resposta o conselheiro respondeu que a ideia dos monitoramentos e do
174 Termo de referência feito junto com a comunidade, foram reivindicadas pelo CHB Urucua,
175 e a partir de agora todos os projetos financiados pelo CBHSF deverão seguir esse padrão
176 para serem aprovados. Continuando o conselheiro falou das oficinas de capacitação
177 ambiental do projeto de requalificação hidro-ambiental, que serão ministradas para a
178 comunidade com temas que envolvem preservação, recuperação e sustentabilidade.
179 Disse sobre a importância da COBRAPE como empresa fiscalizadora, onde nenhuma
180 parcela subsequente do projeto será feita sem a aprovação da empresa. Disse também
181 que pequenas obras, como plantação de gramíneas e leguminosas, já começaram na
182 comunidade. **7. COMUNICADO DOS CONSELHEIROS;** a Presidente Ivonete Antunes
183 convidou o conselheiro Zelvânio Santiago para dar esclarecimentos sobre a Portaria de
184 Outorga 3224 de 2009, que também foi comentada em uma plenária do CBH Paracatu.
185 Depois de cumprimentar os presentes o conselheiro explicou que esta portaria diz



COMITÊ DA SUB-BACIA MINEIRA DO RIO URUCUIA

186 respeito a um setor da região de Entre Ribeiros, onde, em um processo de retificação,
187 foram incluídos quatro novos usuários, onde três deles estavam a montante da
188 associação, e um estava à jusante. Com isso, foi solicitado esclarecimento ao IGAM de
189 como se deu a inclusão desses proprietários em uma bacia já em conflito. O primeiro
190 usuário solicitou uma vazão de quarento e oito litros por segundo, como este já possuía
191 barramento para conter o volume residual, foi possível sua inclusão. No segundo caso um
192 dos empreendedores, que possuía autorização para noventa e seis litros por segundo e
193 não fazia uso dessa água, desistiu da outorga, possibilitando a entrada desse segundo
194 usuário, que solicitou cem litros por segundo. Pra o terceiro usuário, que solicitou outorga
195 para mil litros por segundo, foi feita uma análise, com o auxílio da equipe da URG/NOR,
196 juntamente com o IGAM/BH, e foi concluído que, anteriormente a esta solicitação o ponto
197 de monitoramento na estação da associação era de quatro ponto vinte e quatro metros
198 cúbicos por segundo, foi feita uma diminuição de monitoramento para quatro metros
199 cúbicos por segundo. Nesta estação, quando se fez monitoramento, imediatamente a
200 montante, foi informado a equipe, que existe um barramento com a capacidade de
201 cinquenta e nove hectares e um volume acumulado de mais de seiscentos mil metros
202 cúbicos, informação que também estão nos estudo do processo. Frente a esses dados
203 contidos no processo, foi possível fazer a inclusão desses três usuários a montante da
204 associação sem afetar os demais usuários, tanto a montante quanto a jusante. Foi
205 levantado um questionamento de que não existiria um barramento e sim um dique. O
206 conselheiro disse que o órgão trabalha com as informações que estão no processo, e no
207 processo foi instruído que existe um barramento com regularização de vazão. Se existe
208 um estudo que aponta todos esses dados e uma ART endossando esses estudos, o
209 órgão tem por obrigatoriedade acatar essas informações e acreditar na idoneidade dos
210 dados apresentados. O conselheiro também comentou sobre solicitações para as
211 alterações de algumas condicionantes como o prazo para instalação das estações
212 telemétricas que era de noventa dias, e depois de uma reunião, em Belo Horizonte, entre
213 a diretoria do IGAM e a Presidência da Associação Entre Ribeiros, o prazo dilatou-se para
214 cento e vinte dias. A Associação Entre Ribeiros também entrou com um pedido de
215 reconsideração da portaria, bem como um pedido de reanálise. O pedido de
216 reconsideração já foi feito e encaminhado à equipe técnica do IGAM/BH, para análise. O



COMITÊ DA SUB-BACIA MINEIRA DO RIO URUCUIA

217 conselheiro Álvaro de Moura pediu a palavra para comentar sobre outro questionamento
218 encaminhado ao IGAM, como a do usuário que solicita outorga para noventa e seis litros
219 que ele não vai utilizar, e depois outro proprietário entra em seu lugar, dá a entender que
220 o que acontece é uma reserva de mercado. Com isso foi solicitado ao IGAM uma
221 cobrança maior para o usuário que não utiliza o que foi solicitado na outorga. Com a
222 palavra a presidente Ivonete Antunes disse que esse assunto do barramento foi
223 extremamente questionado na reunião em Paracatu, pois o de conhecimento de muitos é
224 de que o barramento foi construído com pedras, para que quando houvesse necessidade
225 estas seriam retiradas para a água ser utilizada, descaracterizando o barramento. Em
226 resposta o conselheiro Zelvânio Santiago disse que as decisões do órgão são tomadas
227 com base nas informações que constam no processo, e foi instruído que existe um
228 barramento com regularização de vazão. O conselheiro Herbert falou da sugestão que foi
229 apresentada pelos os usuários na reunião em Paracatu, da possibilidade de dar
230 publicidade aos dados de telemetria, para que pudessem ser analisados pelos próprios
231 usuários e toda sociedade civil. O conselheiro Marcelo Perondi, voltando ao assunto do
232 barramento, disse que os questionamentos que foram feitos na reunião fazem todo
233 sentido, pois toda barragem que o conselheiro precisou construir, foi exigido o processo
234 do barramento junto com a outorga de autorização, e esses documentos não constam no
235 processo do barramento citado. A presidente Ivonete Antunes informou a saída do
236 conselheiro Robson Rodrigues dos Santos, que ocupava a cadeira de titular,
237 representando o IGAM, e deu boas vindas ao conselheiro Zelvânio Santiago da Silva, que
238 ocupará a cadeira representando a mesma entidade. O conselheiro Vanderlito Nunes, em
239 nome do Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Canabrava, convidou os
240 presentes para a inauguração do primeiro Biodigestor Sertanejo Selado, dia oito de
241 fevereiro às dezoito horas e trinta minutos na sede do Conselho. O conselheiro Francisco
242 Pinto disse que provavelmente está será sua última participação como conselheiro nas
243 plenárias, pois a ARPA, entidade representada por ele, está passando por um processo
244 de eleição, e por causa da sua mudança de Arinos para Unaí, demandando muito tempo.
245 O conselheiro falou também sobre o projeto de estruturação do viveiro em Arinos que terá
246 sede própria, conquista da parceria entre o IEF e ARPA e outras entidades. A presidente
247 Ivonete lamentou a saída do conselheiro e reconheceu o esforço e o trabalho que o



COMITÊ DA SUB-BACIA MINEIRA DO RIO URUCUIA

248 conselheiro vem fazendo nos anos em que foi membro deste Comitê. A Presidente
249 Ivonete Antunes falou da remodelagem do CBHs, disse que, apesar do estado aceitar a
250 proposta da não remodelagem, ainda acontecerá novas reuniões sobre este tema. O
251 assunto também já foi reportado para a Comissão de Assuntos Difusos, na Assembleia
252 Legislativa, em Belo Horizonte, e ainda não existe data definida para que essa questão
253 seja totalmente resolvida. Na oportunidade a presidente convidou os presentes para o
254 próximo Fórum Mineiro, que acontecerá nos dias treze e quatorze, em Belo Horizonte, na
255 ACMinas. A presidente também comentou que a AMINOR irá trabalhar os Planos de
256 Resíduos xxxxxxxxxx , e pediu aos conselheiro que participem e colaborem com a ideia
257 em seu respectivo município. A presidente também comentou sobre a data para próxima
258 reunião, que foi marcada para nove de abril, ponto facultativo, e acontecerá de forma
259 extraordinária em uma data escolhida pelos conselheiros. **8. ASSUNTOS GERAIS;** o
260 conselheiro Júlio Ayala mais uma vez levantou o assunto sobre as ocupações irregulares
261 do leito sazonal do Rio Preto, explicando que uma taxa de quinze reais deve ser paga
262 para que o ofício seja devidamente protocolado e entregue diretamente para o Prefeito. O
263 conselheiro também ratificou o problema da elevatória do SAAE, dizendo que discorda
264 com resposta enviada pela entidade, pois dispõe até de fotos aéreas da elevatória
265 submersa na enchente do ano de 2009, que já foram enviadas para o SAAE, por isso o
266 argumento que foi dado não é convincente, e o conselheiro sugeriu que o assunto
267 seguisse para o Ministério Público. A presidente Ivonete Antunes deixou o assunto para
268 os conselheiros votarem. O conselheiro Francisco Pinto pediu a palavra para sugerir que
269 o comitê encontre outra forma para resolver este problema, antes de entrega-lo para o
270 Ministério Público, todas as possibilidades deveriam ser esgotadas, pois, da forma que
271 está sendo fica parecendo uma briga por algum problema interno, e isso não pode
272 acontecer em um comitê. Com a palavra o conselheiro Paulo Frank sugeriu que um
273 engenheiro do SAAE, ou outro representante, fosse convocado para explicar a situação
274 da elevatória, antes do problema ser levado para o Ministério Publico. Nessas situações o
275 dialogo é o mais importante, para que os problemas sejam resolvidos da melhor forma
276 possível. A Presidente Ivonete Antunes aprovou a ideia, perguntou aos conselheiros se
277 havia alguma objeção, todos aprovaram a sugestão de convocar o Diretor Geral do SAAE
278 ou seu preposto para prestarem os esclarecimentos solicitados pelos conselheiros na



COMITÊ DA SUB-BACIA MINEIRA DO RIO URUCUIA

279 próxima reunião ordinária do CBH. Ainda no assunto o conselheiro Ernane Faria
280 perguntou se esta situação não seria obrigação do SF7. Em resposta a Presidente
281 Ivonete Antunes disse que sim, que a circunscrição do Rio Preto pertence ao SF7, em
282 Paracatu, mas como somos defensores da água, nada impede que o CBH Urucua, ou
283 outro Comitê de Bacias Hidrográficas, pleiteie este problema, o que não podemos é
284 fechar os olhos para a situação. **9. ENCERRAMENTO;** Não havendo mais assuntos a ser
285 discutido a Presidente Ivonete Antunes, declarou encerrada a sessão e agradeceu à
286 presença de todos os conselheiros da qual foi lavrada esta ata. Unai, 06/02/2020.